

O ESTADO E O SHEIK: CONSTRUÇÃO, LEGITIMAÇÃO E DESAFIO NAS ESTAÇÕES POLÍTICAS GLOBAIS E REGIONAIS.

João Paulo Ferraz Oliveira¹
Mestrando em Ciência Política DCP/UFMG
Bacharel em Relações Internacionais PUC/MG
Membro do Grupo de Pesquisa Oriente Médio e Maghreb do CNPq.

RESUMO

O Estado nacional tornou-se um dos mais importantes atores no processo de fundamentação da ordem nas sociedades modernas. Sua prerrogativa de monopolização do uso da força e capacidade de interferência na administração da política, sociedade e economia, o torna ainda um ator importante no âmbito doméstico e fundamental no sistema internacional. Tal estadocêntrismo expande-se para o Oriente Médio, mas especificamente, nos reinados do Golfo Pérsico, em que tal aparato estatal é essencial para a construção e conservação de redes de legitimidade. Esse artigo propõe primeiramente, uma discussão histórica da construção do Estado no Golfo Pérsico, entendendo seus processos de legitimação e conservadorismo. Como segunda proposição, discute os desafios dados aos Estados do Golfo Pérsico frente às discussões sobre governança global, globalização e os recentes eventos políticos a partir de 2010, a chamada Primavera Árabe. Para tanto, utilizou-se de literatura especializada e geral sobre a questão do Golfo Pérsico e foram elaborados mapas temáticos para fins analíticos da região por meio do software MapViewer 7.0.

Palavras-chave: Estado, Golfo Pérsico, Legitimação, Oriente Médio.

ABSTRACT

The national state has become one of most important actor in the process of construction about the order in modern societies. His prerogatives of monopolization of use of coercion and his capacity of interference in policies administration, society and economy, makes the state a important actor in the domestic and international realm and fundamental in international system. This statecentrism expands through Middle East, specially, the kingdoms of Persian Gulf, where this state apparatus is essential for construction and conservation of legitimacy networks. This article proposes initially, a historical discussion about the state construction in Persian Gulf, understanding the process of legitimacy and conservancy. As second propose, discusses the challenges of these Gulf states in face of the discussion about global governance, globalization and the recent political events since 2010, called Arab Spring. For this goals, this article used specialized and general literature about the Persian Gulf question and were elaborated thematic maps for analytical ends of the region, using the software MapViewer 7.0.

Key-words: State, Persian Gulf, legitimacy, Middle East.

¹ E-mail: joaoferrazoliveira@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A autoimolação do jovem Bouazizi, na Tunísia, no final de 2010, foi o estopim para um conjunto de movimentos políticos e revoltas no Oriente Médio. Entretanto, tal evento não foi novidade no seio da sociedade árabe. No Oriente Médio e Maghreb Africano², havia um histórico de revoltas desde o início dos anos 1990 diante do aumento do desemprego, da desigualdade social e a disparada dos preços alimentícios. A maior diferença no contexto de 2010 é um embate direto ao regime político instaurado, em sua maioria autocracias, e um discurso direcionado para uma maior participação da população (ANDERSON, 2011; FILHO; 2013).

Esse tectonismo político ocorrido no mundo árabe, apesar de características gerais em torno de demandas sociais, políticas e econômicas, ao atingir os diferentes contextos do mundo político árabe, seja por condicionalidades antigas ou por novas conjunturas, apresentou distintos cenários sobre o futuro político dos regimes. A multiplicidade dos eventos e circunstâncias tornam a análise mais complexa e mais rica no entendimento dos desdobramentos políticos, exigindo uma compreensão detida do fazer política, caracterizada por antigas formas e novas oportunidades, desafiando a maneira de gerir a sociedade em cada Estado árabe que teve movimentos políticos em seu interior (BELÉM LOPES e OLIVEIRA, 2013; ANDERSON, 2011).

Como apontam Beck e Hüser (2012) os resultados políticos aparentes que surgem após a Primavera Árabe giram em torno de dois importantes aspectos. O primeiro deles é a manutenção do regime autoritário ou a transição para outra forma de regime, e o segundo, o caráter da estável que os processos de mudanças ou perpetuação ocorrem. As autoras apontam que nos regimes em transição, o único com estabilidade em sua transição é a Tunísia, os demais países como, Egito, Líbia e Marrocos oferecem ainda riscos para o retorno ao autoritarismo. Do ponto de vista dos países que permaneceram em seus regimes autoritários, a Síria ainda continua a ser um regime instável, e os países do Golfo Pérsico permanecem sem alteração em seu *status quo*.

As circunstâncias no Golfo fizeram com que os analistas Yom e Gause III (2012) cunhassem o termo “excepcionalismo monárquico do Golfo”. Nessa parte da região do Oriente Médio as circunstâncias continuaram conservadoras com forte atuação dos líderes de Estado na manutenção do *status quo*.

² Região que envolve os países do Noroeste da África, Marrocos, Saara Ocidental, Argélia, Tunísia, Mauritânia e Líbia.

Esse artigo busca compreender os diversos aspectos que auxiliaram a perpetuação das dinâmicas no Golfo Pérsico, recorrendo primeiro, à questão histórica de formação dos Estados nessa região, principalmente na maneira como se fundamentou a legitimação e o conservadorismo dos líderes autocráticos, e pretende apontar os desafios encontrados por Estados na contemporaneidade, incorporando o novo contexto globalizante e de governança global e os dilemas regionais oriundos da Primavera Árabe. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se bibliografia geral e especializada sobre o tema apontado e para a melhor visualização geográfica da questão, foi construído um mapa temático utilizando o software Mapviewer 7.0.

Como ponto de partida, na primeira seção apresenta um resgate histórico da construção do Estado no Oriente Médio, trazendo para a discussão as questões do pós-colonialismo, da interferência de potências estrangeiras e as dinâmicas domésticas de conservação do poder. A partir desse resgate, a segunda seção, trabalhará os temas contemporâneos que circundam o Golfo Pérsico, principalmente no que tange a questão da globalização e suas lógicas para a região, os dilemas da governança global e a transnacionalidade da Primavera Árabe e os efeitos no Golfo Pérsico. A questão do excepcionalismo monárquico permeará toda a discussão, apresentando a questão do conservadorismo e continuidade das dinâmicas políticas nessa região do globo.

1. A CONSTRUÇÃO DO ESTADO: PÓS-COLONIALISMO E INTERFERÊNCIA EXTERNA

A questão da ordem política está associada à questão do Estado nacional. A figura do soberano ou de uma institucionalidade hierárquica detentora do poder, apontado principalmente no pensamento hobbesiano³, leva nessa linha de raciocínio a importância do Estado (WEFFORT, 1989).

³ A chave para entendimento do Hobbes está na maneira como ele aponta o Estado de natureza e a figura do contrato, assim entender as discussões sobre ordem e Estado. Primeiro, no Estado de natureza, os homens são iguais, ou seja, ninguém se sobressai ao outro e além disso é opaco aos olhos do semelhante, não sabendo o que o outro deseja, mas, podendo perceber qual a atitude mais razoável. Nesse contexto, diante das circunstâncias cada um pode atacar o outro. Por isso, se não há um Estado controlando ou reprimindo, fazer guerra contra os outros é a atitude mais racional que se pode adotar. Para a condição de existência da própria sociedade ele monta o Estado, gerado através do contrato, que em Hobbes é a junção da associação (pelo qual se forma a sociedade) e pela submissão (que institui o poder político), sendo assim, produz e mantém compromissos. (WEFFORT, 1989)

Roger Owen (1992), em associação ao pensamento weberiano, reconhece o Estado como uma série de instituições e práticas que combinam poder coercitivo, administrativo, judiciário e mecanismos de tomada de decisão coletiva. Esse soberano requer o monopólio do uso legítimo da força em dado território, tendo a habilidade de fazer e implementar regras para todos os cidadãos em busca da conservação da ordem, que se pauta fundamentalmente pelo direito a vida, garantia das posses e das promessas cumpridas. (MIGDAL apud OWEN, 1992; BULL, 2002)

Tendo em vista a importância do Estado, essa seção se debruçará no resgate histórico da construção do Estado moderno no Oriente Médio, reconhecendo suas características no período anterior e posterior a descolonização, entendendo como se inicia a construção das redes de lealdade e atores políticos legítimos, tendo também como discussão as interferências externas nos processos de consolidação desse Estado.

1.1. Estado antes da descolonização

A questão do Estado no Oriente Médio exige uma maior cautela. Em toda a trajetória de sua construção, a preocupação com a estrutura do Estado, legitimidade do regime político e a questão da nação esteve continuamente na trajetória política. Para Owen (1992), a construção do Estado acontece quando primeiro, parcelas da sociedade começar a pensar sobre si mesmas, e segundo, pela essencialidade e a inescapável da ideia que associa a construção da ordem política com a existência do Estado. Na historicidade dessa construção do Estado, desde o colonialismo ao construto das relações autoritárias, as questões administrativas, as relações de poder e o papel das influências externas são fundamentais para a compreensão das dinâmicas políticas até o atual momento.

No período ainda sobre o domínio do Império Otomano, diante dos eventos ocorridos na Europa como a Revolução Francesa e Revolução Industrial, a conservação dos métodos imperiais eram fundamentais para a manutenção da influencia otomana no Oriente Médio. Após a 1ª Guerra Mundial, a fraqueza imperial otomana deram chances a outras potências europeias, como França e Inglaterra, de estabelecer diretamente sua influência nas políticas domésticas dos países do Oriente Médio. Nesse sentido, a variável, potências estrangeiras, não pode ser excluída das análises sobre a construção do Estado no Oriente Médio (OWEN, 1992).

Ainda segundo Owen (1992) no período colonial, a fundamentação das relações entre a metrópole e a colônia exigia um sistema semelhante ao Estado moderno, com uma

centralização burocrática, sistema legal e o reconhecimento de fronteiras, mesmo que pautados pela tradição antiga. Essa lógica de burocratização afetam diretamente as relações tradicionais entre as famílias, tribos e as relações de poder entre atores políticos importantes. A lógica baseada na igualdade de homogeneização ofereceu desafios à acoplagem de uma lógica moderna do Estado com a estrutura antiga das relações sociais.

A política da colônia se pautava basicamente em um investimento em segurança e polícia, faltando-lhes investimento em educação, saúde e bem-estar. A criação de alianças com elites políticas tribais se aprofunda na relação com a metrópole, e essas relações serão fundamentais para a compreensão da permanência da lógica patronal até hoje. Essas elites tinha uma força conservadora sobre os negócios e terra, em sua maioria subornada com abonos de impostos e cargos em poderes legais.

Ainda sobre as relações entre as elites políticas, a atenção dada pela metrópole colonial baseava-se no sectarismo e nas divisões tribais, em que se dividia para conquistar. Essa interferência externa na política doméstica dessas colônias modificaram as relações de poder entre as forças políticas. O mesmo contexto exigiu a competição contínua entre tribos majoritariamente baseado no poder da terra e controle das instituições políticas. A competição se complicou quando esses conflitos não eram acomodados pelas instituições locais, forçando uma maior profundidade da burocracia e sua expansão, interferindo mais nas relações de poder e nos problemas locais entre facções (OWEN, 1992).

1.2. Estado da colônia

O contexto pós-colonial necessitou a expansão administrativa e o controle das populações do Oriente Médio. Com saída da metrópole na manutenção do ordenamento político e securitário, uma das primeiras iniciativas da colônia recém-independente estava na manutenção da segurança e a busca pelo desenvolvimento econômico e bem-estar social. Obviamente que isso exigia mais apoio de um arcabouço burocrático e maior incentivo das potências europeias na região com *expertise* em burocracias (OWEN, 1992).

O estatismo era solução para muitos dos dilemas encontrados com a saída da metrópole. Os processos de desenvolvimento variaram de acordo com os contextos idiossincráticos de cada nação. Muitos países a partir desse estatismo iria desenvolver partidos únicos e lançar alicerces para políticas ditatoriais. O caso nasserista no Egito girou em torno do controle e regulação estatal na economia, política e segurança, sobre a égide de uma ideologia nacionalista. Casos como o tunisiano, sírio e argelino reconhecem também essa

mesma perspectiva de intervencionismo estatal, pautado também por gastos em saúde, programas de redistribuição de terra e programas de industrialização (OWEN, 1992).

Esse tipo de estadocêntrismo estabeleceu pilares para um sistema autoritário. Nesse contexto, a alta centralização e monopólio da atividade política e da tomada de decisão exclui qualquer benevolência do pluralismo e abertura política. A ideia de união era fundamental em torno do regime, cujos métodos de cooptação e terror eram formalmente usados. Sobre o personalismo podiam se arbitrar sobre as divergências étnicas e sociais, definindo o papel dos grupos e a fundamentação de um aparato ideológico através da educação e religião (OWEN, 1992).

Sobre a condução do presidente, figura carismática e centralizadora da tomada de decisão, os pontos de controle circulavam em suas mãos, inclusive os patronais que aliciavam elites políticas aos cargos públicos mais altos e conjugação de interesses particulares dos mesmos. O fazer gerir do regime dava a impressão de coerência e concentração, com pouca latitude para ações independentes e continua acomodação de divergência entre grupos dentro do regime.

No Golfo, desde início do século XX, quando o surgimento do petróleo se torna moeda de barganha e importante para o fortalecimento do bem-estar da população, a burocracia se fortalece e se expande juntamente com o recurso energético. Essa burocracia era altamente personalizada, marcada pela falta de instituições intermediárias, como partidos e sindicatos. A estratégia personalista vinda das famílias reais, sheiks, sultões, reis eram pautados grandemente no manuseio das tradições religiosas e a concentração da tomada de decisão. As próprias rivalidades domésticas eram negociadas, apontando instituições de sucessão ao trono, subordinação da religião à política e obviamente, o uso de sistema de lealdade (OWEN, 1992; FILHO, 2013).

Quanto ao exército, os riscos de golpe oriundos das instâncias militares propuseram à mente dos reis duas soluções. A primeira delas é estabelecer um exercito pequeno e com alto número de mercenários. A segunda dela era estabelecer o rei como líder do exercito. Em todas essas soluções de contenção dos exércitos, o rei centralizava a tomada de decisão (OWEN, 1992).

O sistema de compra de lealdades, tanto de elites políticas quanto da população tomava várias formas. Dentre os métodos era a distribuição de dinheiro na economia, compra estatal de terras privadas para o desenvolvimento público, forças de serviços de bem-estar social, como educação e saúde de graça, subsídios para energia, moradia e água (OWEN, 1992).

A legitimidade dos líderes do Golfo também circulava sobre a imagem do patriarcalismo e a investidura religiosa de domínio. A dimensão simbólica como o pai da nação, como o protetor da comunidade, preservador dos costumes antigos e religiosos e a centralização da tomada de decisão, levavam o poder carismático e a subordinação da religião à política de maneira a conserva-los no poder (PETERSON, 2001).

Entretanto, essa coordenação de redes de lealdade, a lógica do Estado burocrático e o tribalismo tradicional no mundo árabe por muitas vezes se chocaram. O problema inicial e ainda recorrente do monopólio do Estado no mundo árabe está na articulação com as tribos. Essas tribos representam grupos familiares organizados e regulados de acordo com laços de sangue. Essas tribos tem uma linguagem familiar dominante, reconhecem-se pelas redes tradicionais de lealdade, são politicamente unificados seja com a figura de um líder ou não, e pode servir de contato para o Estado ou intermediação com os indivíduos (KHOURY e KOSTINER, 1990).

A construção do Estado burocrático interferiu diretamente nas relações dentro da tribo. A tribo nesses contextos era uma forma de ação política e organização, que variam em forma, sistema de linhagem, dinâmica do trabalho e ideologia. A chegada do Estado fizeram com que as tribos sistematizassem seus posicionamentos, fossem controladas pelos arcabouços do Estado e fizessem com que a legitimidade das altas instancias de governo entrassem dentro do território (TAPPER, 1990).

Na lógica antropológica, a tribo tem uma característica pessoal, moral e oferece *status* comunitário, contrariamente a uma lógica estatal, pautada pela impessoalidade, burocratização e contratual. As possibilidades de reconhecimento das tribos se faziam pela existência do líder tribal que se associava ao governo central, sendo continuamente pautados pela questão religiosa (TAPPER, 1990).

Para Tibi (1990) essa dinâmica tribal tradicional oferece ainda desafios à gestão política e unidade oriunda de uma lógica estadocêntrica. Para o autor, muitos Estados do Oriente Médio falharam em incorporar as tribos. Essa multiplicidade de dinâmicas falhou com outras perspectivas mais gerais de ideologia, como o pan-arabismo, que eliminava esse tradicionalismo no seio das tribos e impôs uma ideia de nação forjada. Os dilemas aumentam com as diferenças de poder entre elas e suas divergências religiosas que podem ser pedra de tropeço para o comando central. Por isso, o método da divisão para conquistar as tribos causaram uma falsa ideia de nacional e uma profunda divisão na maneira de lidar com o tradicional.

No caso dos Estados do Golfo, para fazer essa passagem de uma perspectiva tribalista para uma entidade com contornos estatais, figuras importantes fizeram essa “amarração” nos sistemas de lealdade que acolhiam à sombra do governo central. Na Arábia Saudita, a importância de Al Saud foi fundamental para a construção da historicidade da família e a mensagem do wahabismo⁴. Omã estabeleceu um sultanato pautado no secularismo, mas forjado com o suporte de potências externas. Os outros pequenos reinados como Bahrein, Emirados árabes e Catar, surgiram em torno das linhagens dos sheiks, com fortes aliados tribais com poder pivotal nas comunidades mercantes. (PETERSON, 2001) Em todas essas estruturas, as potências estrangeiras estavam incluídas, por isso a próxima seção dedicará à essa questão.

1.3. A interferência britânica: pinçando líderes e conservando *statu quo*

A questão da interferência estrangeira no Oriente Médio foi contínua e no Golfo Pérsico não poderia ser diferente. Potter (2009) descreve uma série de interferências no Golfo Pérsico que interferiram em sua formação. Dentre as interferências indianas, holandesa aqui se valoriza a presença britânica. Certamente, o Reino Unido foi a potência estrangeira que mais interferiu nos dilemas iniciais de construção do Estado no Golfo, reconhecendo fronteiras, escolhendo líderes e obviamente, criando acordos econômicos com os reinados.

Os principais interesses principais dos britânicos estavam na combinação na busca de mercados e o esforço de evitar interferências de outras potências na região. Outro aspecto fundamental para a interferência no Golfo estava na sua relação com a Índia. A posição geoestratégica no Golfo no caminho para as Índias e nas relações comerciais e políticas o fez no início do século XX, os investimentos nesses pequenos reinados fosse maior (PETERSON, 2009).

A partir de 1904, com a descoberta das primeiras jazidas de petróleo, o valor estratégico para a Inglaterra foi expandido. Sua principal moeda de barganha estava na sua habilidade de oferecer segurança até meados de 1930. Ainda houve interferência direta na formulação de governos formais e expandidos, além de consultores para a construção de melhores burocracias, planejamentos econômicos e políticos. Em 1920, o Golfo se tornou tão importante para os britânicos que se estabeleceram melhores rotas de comunicação, uso de

⁴ Arcabouço teológico que estabelece a jurisprudência islâmica, cujo modelo de sociedade é orientado pela sharia (lei islâmica). Consolidou-se com a família Saud e consagrou-se como sendo uma das escolas sunitas. (FILHO, 2013)

equipamentos de comunicação avançados e a busca de apoios dos líderes locais (PERTESON, 2009; ALASFOOR, 2007).

Ainda sobre a interferência externa nas dinâmicas políticas do Golfo Pérsico, desde 1914, o império britânico mexe com a balança de poder entre as elites políticas dos países. Na Arábia Saudita, o maior encontro aconteceu com o Rei Abul Aziz, estabelecendo pactos de segurança e neutralidade em zonas territoriais de áreas no Golfo. Houve estabelecimento de fronteiras também no Kuwait, evitando a expansão do Iraque. Também estabeleceu acordos com elites políticas no Bahrein, Catar e Omã. Em diversos momentos, como em 1923 age na retaguarda da retirada do rei Al Khalifa do Bahrein, retira o sheik Saqr de Omã por se associar à ideias nasseristas em 1970, colocando no lugar Qabus, seu filho. Antes mesmo do século XX, em 1891 já havia acordos de manutenção de território e poder por sheiks dos Emirados Árabes e outros reinados do Golfo para que não tivessem acordos com outras potências (PETERSON, 2009; ALASFOOR, 2007).

A partir da II Guerra Mundial, a interferência da potência britânica já começa a dispersar-se. Primeiro, a chegada da superpotência, Estados Unidos, para o Oriente Médio, que desde o início do século XX, timidamente encontra-se com líderes do Golfo. Segundo, a imagem das potências colonizadoras no Oriente Médio fica complicada de ser legitimada a partir da década de 1950. A partir de 1968 o governo britânico anuncia a sua retirada, negligenciando os aspectos militares que causaria, e principalmente, seu caráter de juiz, arbitro, administrador e protetor por um século, deixou vácuos nas redes de lealdade (PETERSON, 2009; SICK, 2009; ALASFOOR, 2007).

Depois da saída dos britânicos, os Estados Unidos apresentam-se como peça fundamental para os países do Golfo. Sua preocupação estava principalmente no acesso dos países industrializados ao petróleo, prevenir a interferência de superpotências em tal contexto geopolítico, manter a estabilidade e independência dos países do Golfo e a questão securitária de Israel. A ação dos EUA sempre priorizou, principalmente após Nixon, a questão de segurança no Golfo, entendendo-o também como importante ator de proteção para os Estados do Golfo. Tal circunstância foi vista na Guerra Golfo do início do século XIX, cuja presença maciça dos EUA ofereceram a retirada do Iraque do Kuwait (SICK, 2009).

O que se compreende da formação inicial do Estado no Golfo Pérsico é primeiro, a construção de um estado burocrático, centralizador após os processos de descolonização, pautado por uma burocracia pesada e complexa e cujo regime autoritário garantiu as suas características. No Golfo Pérsico, a questão do tribalismo e das relações tradicionais são gerenciadas pela figura personalista das famílias reinantes, estabelecendo redes de clientela e

mecanismos de bem-estar social para a região. Essa capacidade de gerenciamento oferece um dos fatores explicativos do excepcionalismo do Golfo diante das novas dinâmicas questionadoras após 2011. Outro aspecto fundamental para a sustentação dessa rede de clientela e manutenção do poder autocrático está na ação das potências estrangeiras, especialmente o Reino Unido, capaz de ser juiz e arbitro, capaz de estabelecer acordos fronteiriços e conservar o *status quo* em busca das negociações de petróleo e a posição geoestratégica no entre guerras. Sua retirada ofereceu dilemas nas redes de lealdade e nas dinâmicas políticas da região, cuja atuação dos Estados Unidos no Golfo vem fortalecer a proteção desses pequenos reinados à interferência externa e o acesso ao petróleo.

A próxima sessão dá um salto temporal que aponta os desafios dos países do Golfo a partir do fim da Guerra Fria, principalmente nos termos da globalização e governança global, em que tal excepcionalismo é respondido pela lógica regionalista, e os pontos da Primavera Árabe, reconhecendo os pontos desafiadores diante do tectonismo político que surge após tal evento.

2. DILEMAS CONTEMPORÂNEOS: A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO/GOVERNANÇA E A PRIMAVERA ÁRABE

A partir do século XX, as dinâmicas internacionais se complexaram tendo a incorporação contínua de novos atores sejam estatais ou não, interferiram no exercício do poder político e da tomada de decisão em escalas globais (BARNETT e DUVALL, 2005; HURREL, 2009).

Os novos atores que atuam no ambiente internacional para além dos Estados são comumente reconhecidos como companhias multilaterais, organizações não governamentais (ONGs), grupos ilegais que agem na transnacionalidade, e Organizações Internacionais⁵ (OIs), capazes de estabelecer processos de coordenação e cooperação no âmbito internacional e pressionar a alteração de agendas construídas pelos Estados (BARNETT e DUVALL, 2005; HURREL, 2009).

Atualmente as temáticas são mais transnacionalizadas, como as questões financeiras, ambientais, migrações. Esse contexto segundo Keohane e Nye (2002) é conhecido como globalismo em que as interdependências entre os atores são multicontinentais e envolvem essa interdependência em diversas arenas de negociação, exigindo um melhor gerenciamento

⁵ Organizações Internacionais são compreendidas segundo Koremenos et all (2001) como “arranjos explícitos, negociado entre atores internacionais, que prescrevem, proíbem e/ou autorizam comportamentos”⁵(p.762.Tradução nossa).

dessas dinâmicas. Certamente, essa dimensão direciona-se à perspectiva da globalização, processo mais profundo de globalismo, e da chamada governança global.

As questões relacionadas à governança estão ligadas à capacidade de gerenciamento e controle de sociedades, para além de uma perspectiva estatista, mas compreendendo-a como a maneira de gerir o estado de coisas chamando agentes tanto públicos quanto privados, estatais e não estatais. No âmbito internacional, a governança global entendida por Rosenau apud Whitman (2005) é ressaltada como:

Uma sumarização dos muitos caminhos, indivíduos e instituições, públicas e privadas que gerenciam suas relações em comum (...). No nível global, governança tem sido vista primariamente como relações intergovernamentais, mas deve ser agora entendida também como um envolvimento das Organizações Não governamentais, movimentos sociais, corporações multilaterais e o mercado de capitais globais⁶ (ROSENAU apud WHITMAN,2005, p.40).

A partir de 1989 umas séries de discursos políticos e ideológicos se direcionaram para uma menor intervenção do Estado na economia, redução dos setores públicos e maior prática do livre mercado. Ao longo do tempo, esses discursos também incorporaram nos processos de governança a liberalização economia e política, conceituada de “boa” governança. (NAJEM e MARTIN, 2003) Essa perspectiva assegurava “o respeito aos direitos humanos e o império da lei, fortalecimento da democracia, promoção da transparência e capacidade de administração pública⁷” (WEISS,2000 pg. 797).

Tal cunho ideológico veio de encontro com os métodos de manutenção do *status quo* dos regimes autoritários no Golfo Pérsico. A atuação de tal perspectiva na África vinha acompanhada de liberalização econômica e democracia, certamente, a aplicabilidade de tal conjunto ideológico no Oriente Médio modificaria as estruturas de poder ali estabelecidas. Essa boa governança global foi esbarrada com uma lógica regional de manutenção do *status quo*.

⁶ Tradução de Governance is the sum of the many ways individuals and institutions, public and private, manage their common affairs. . . . At the global level, governance has been viewed primarily as intergovernmental relationships, but it must now be understood as also involving non-governmental organizations, citizens' movements, multinational corporations, and the global capital market.

⁷ Tradução de ensuring respect for human rights and the rule of law; strengthening democracy; promoting transparency and capacity in public administration.

A partir da década de 1980, o Novo regionalismo⁸ aparece no mundo árabe. A partir da distensão da Guerra Fria, os Estados através de Organizações Internacionais puderam adaptar e reformar estruturais legais, padrões de cooperação e novas políticas de integração para a região. No contexto árabe a maleabilidade dos conceitos de liderança e nação, pautou na reafirmação de sua legitimidade doméstica. O regionalismo, portanto, girava em torno da manutenção do território, melhoria da capacidade militar e a influência regional e doméstica, sem interferências (TRIPP, 1995; FAWCETT e HURREL; 1995).

O regionalismo árabe tinha em si a própria ideia de manutenção do *status quo*. O principal ponto de convergência era criar arcabouços integrativos que mantivesse os regimes domésticos e criassem salvaguardas para essa manutenção. O conceito de “boa” governança, pautada por uma lógica liberalizante e democratizante não fez valer nessa parte do globo. Antes o contrário, os processos de liberalização favoreceram a criação de mais fontes de patronagem, ações de reformas políticas tímidas e pouca dispersão de poder. O que se viu foram outras formas rentáveis de manter as redes de lealdade e os sistemas patronais. (TRIPP 2005; KING, 2009)

O exemplo possível sobre esse regionalismo foi a criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em 1981. Composto por Arábia Saudita, Omã, Bahrein, Emirados Árabes, Kuwait, Qatar , como se vê na figura 1.

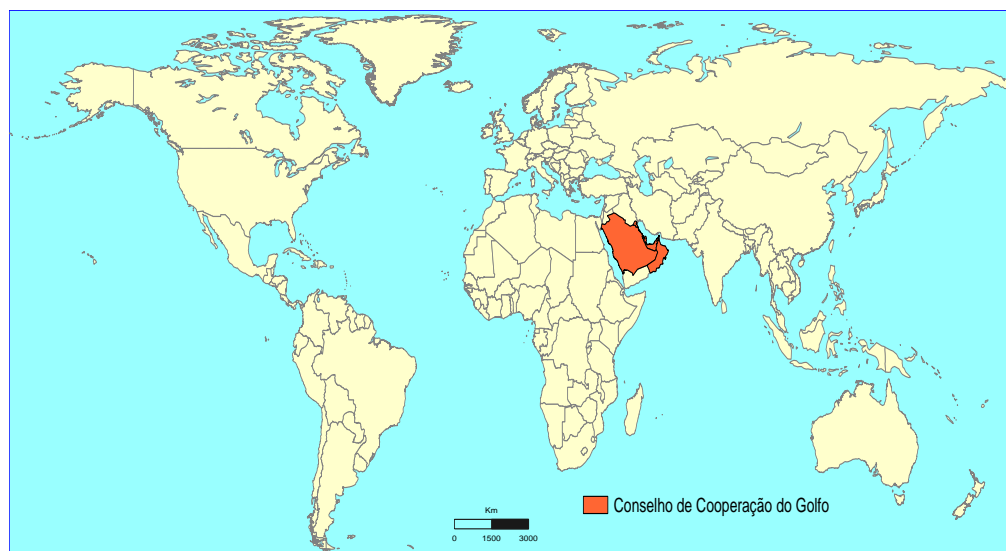


Figura 1 – Os países do Conselho de Cooperação do Golfo

Fonte: Base cartográfica da Golden Software. Elaboração: Oliveira, E. e Olivera, J.P.F.

⁸ O Novo Regionalismo, para alguns teóricos é justamente o caráter multidimensional da integração que inclui aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais que vão além de criação de um regime de comércio baseado na região. (ALASFOOR, 2007)

Essa organização tem como objetivos a integração total, fortalecer sistemas similares de gestão dos Estados membros com prelúdio de unidade (ALASFOOR,2007). Através de projetos militares, econômicos e sociais sustenta supranacional uma perspectiva sunita e conservadora do ponto de vista político. Certamente, como fruto do novo regionalismo árabe, o CCG é também objeto de manutenção do *status quo* (TRIPP,2005).

Nesse sentido, os desafios pensados por um conceito de boa governança, pautados principalmente pela liberalização econômica e processos de democratização, esbarram em uma perspectiva regional de manutenção do *status quo*. Os efeitos provenientes dessas liberalizações não surtiram efeito ao atingirem os Estados monárquicos, antes o contrário, houve uma maior mobilização dos sistemas de lealdade por formas mais rentáveis.

2.1.A PRIMAVERA ÁRABE: PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS NO GOLFO?

A Primavera Árabe, movimentos políticos iniciados a partir de 2010, ofereceram novas possibilidades para o cenário político do Oriente Médio e Norte da África. Essas novidades oriundas dos movimentos e revoltas ofereceram reflexões importantes sobre o futuro dos regimes políticos. A primeira delas é a inconsistência dos regimes autoritários no Norte da África, entendidos por muito tempo como imutáveis. A segunda novidade está na transnacionalidade do evento e a utilização de redes sociais e televisivas, funcionando como fontes de informação, coordenação de eventos e difusora de ideias pró-mudança política (GUZANSKY, 2012; BELÉM LOPES e OLIVEIRA, 2013).

Grande parte desses governos possuíam características ditatoriais, com forte patronagem, corrupção e forte disparidade de renda. Ao analisar as demandas oriundas da primavera árabe existe um direcionamento em favor da qualidade de vida, provisão de condições alimentares, saúde e educação. Do ponto de vista político, direcionavam para uma maior abertura de participação, instituições confiáveis e separação de poder. Os termos unificadores do processo iam em direção à: justiça (*adalah*), liberdade (*hurriyah*), dignidade (*karamah*) e respeito (*ihiram*) (ROSINY, 2012).

Outra dimensão importante da primavera árabe é que ao se questionar o *status quo*, tendo em alguns Estados a retirada de líderes, o que resta é o problema do fundamento da autoridade política. Do ponto de vista contextual, essa fundamentação da autoridade política é encontrada na revelação corânica, principalmente pela *sharia* (lei fundamental). Nesse sentido, o universo de legitimação no âmbito do Oriente Médio perpassa por três perspectivas

de entendimento dessa lei fundamental, e elas se estabelecem generalizadamente entre o sunismo, xiismo e a doutrina carijita (FILHO, 2013).

Para o sunismo, o governante não precisa ser necessariamente descendente do profeta, basta-lhe ser fiel e legitimado pelo conselho consultivo dos califas. Essa capacidade e flexibilidade interpretativa da lei corânica oferecem prerrogativas para que os líderes construam seu corpo de leis, formalizando a religião e a tornando subserviente aos interesses políticos. Ou seja, a questão é obedecer ao governante e a regulação oriunda de suas perspectivas. Esse modelo é visto no Golfo Pérsico (FILHO, 2013).

Para o xiismo, a instituição deriva da autoridade religiosa, sendo que apenas um pode interpretar a lei. Nesse sentido, o xiismo subordina diretamente a política à religião, principalmente pela figura do imã. Esse imã é a autoridade religiosa e o poder político conjuntamente. Os carijitas são aqueles que ignoram tanto a linha sucessória dos sunitas quanto à centralização política e religiosa do imã no xiismo. Sua perspectiva de legitimidade vem do operador da comunidade, o governante eleito por ela, e uma vez que ele não atende os desejos da comunidade, é necessário tira-lo ou até matá-lo (FILHO, 2013).

Essa manifestação da legitimidade política não entra em congruência com alguns ditames ocidentais do que se entende por democracia ou liberalização política. Cabe entender essas novas circunstâncias no Oriente Médio são mais complexos do que as soluções rápidas e normativas do Ocidente.

No Golfo Pérsico a discussão se torna mais complexa com a própria doutrina consolidada pelo clã Saud, o wahabismo, que advoga em favor da estrita obediência ao Corão e a Hadith, lei interpretada pelos conselhos de sábios respeitados na geração e rejeição a qualquer outra forma de interpretação do livro sagrado. Isso engessa mais a dinâmica política da sociedade, que do ponto de vista simbólico e legitimador, conserva as elites dinásticas no poder (FILHO, 2013).

Diferentemente do Norte da África, o excepcionalismo no Golfo permaneceu e poucas modificações foram feitas. Uma série de debates foram traçados sobre a permanência e algumas explicações encontradas para que tal permanência seja ancorada. Para Owen (2012) ainda se mantém a centralização da tomada de decisão, resistindo a outras fontes de contestação por parte de elites políticas e membros do Exército. O exército também permanece sem mobilização, primeiro porque a supervisão manteve-se nas mãos de homens confiáveis ao rei.

Uma perspectiva culturalista se apoia nas ligações religiosas e tribais entre os membros reais e a população. Essas ligações tradicionais oferecem a perpetuação de hábitos e

valores ao rei. Outros apontam para uma questão estratégica na “compra de lealdade” tanto da população quanto das elites, sendo nutridas pelos programas de melhoria de bem-estar e dinheiro. Essa estratégia foi feita por muitos Estados do Golfo no início da Primavera, injetando na economia mais de cinco bilhões em programas domésticos e envio pessoal para cada cidadão de 3.500 dólares. Outros investimentos foram feitos na produção de emprego estatal, melhoria na moradia e saúde. O CCG também enviou dinheiro e auxílio militar na contenção de protestos, como no caso do Bahrein, que sofre com as disputas ideológicas de uma maioria xiita e um governo sunita (YOM e GAUSE III, 2012).

Para Bank et all (2013) a capacidade de concentração da tomada de decisão, os altos rendimentos do petróleo e a não interferência externa nos regimes auxiliam veementemente a manutenção do poder dos reinados no Golfo. No Golfo Pérsico hoje, o caráter consultivo ainda é entorno das elites que ocupam altos cargos no governo e da economia, evitando qualquer posição da população em geral, ainda se tem um Estado forte capaz de controlar a expressão das pessoas, fronteiras e capaz de conter dispersão de poder.

As organizações civis acusam o Estado de ineficiência, mas ainda é mínima a sua capacidade e discursivamente limitada para causar impactos substantivos. A questão intelectual ainda é controlada pelo Estado nas universidades, as mulheres apesarem de conseguir alguns direitos, como habilitação de motorista, ensinar em escolas infantis, ainda é uma parte da sociedade civil pouco ouvida. A existência de partidos sunitas no Bahrein e Kuwait ainda gira em torno do rei, o que dá uma falsa ideia de pluralização do sistema político (PETERSON, 2001; KING, 2009).

A Primavera Árabe apresenta como uma possibilidade de mudança no mundo árabe. O caso do Golfo Pérsico ainda é desafiador pela perpetuação de dinâmicas políticas oriundas da criação do Estado, que ainda persistem as redes de lealdade, interferência da política na religião, utilização dos recursos tradicionais para a manutenção da legitimidade e a salvaguarda das potências estrangeiras na região com pouco intervencionismo.

Conclusão

Esse artigo abordou o processo de construção do Estado no Oriente Médio, especialmente no Golfo Pérsico. Após a descolonização foi necessário um estatismo maior, capaz de através de a burocracia fazer gerir a sociedade nas questões de segurança, saúde e educação. Isso lançou mão para a construção de regimes autoritários e dinásticos, pautado na figura do líder, patriarcal, com capacidade de mobilização das tribos e legitimado. Parte de

sua sustentabilidade no poder se dá pela capacidade de convergência da tomada de decisão e compra de lealdades e auxílio de potências estrangeiras na não interferência ou na sua proteção.

Essa dinâmica política não se abateu diante de dois importantes momentos. Primeiro, os efeitos maximizadores da globalização e das perspectivas de uma boa governança surgida no início do século XXI, que entendiam no horizonte normativo do mundo, a liberalização econômica e a democracia. Antes, na questão da liberalização, os efeitos não foram a pulverização de poder nem a melhoria da capacidade econômica e de bem-estar, mas sim, a concentração de poder e novas plataformas de rentabilidade para as elites. Segundo, a Primavera Árabe, ao atingir o Golfo Pérsico não causou grandes modificações. Tentativas de compra de lealdade e formulação de políticas no âmbito supranacional via Conselho de Cooperação do Golfo evitaram que os movimentos políticos e as revoltas fossem abafadas, tanto na injeção de dinheiro na economia quanto o uso de militares do Conselho no Bahrein.

Os desafios para a democracia já estão colocados. Como discutido, o vácuo das fontes de autoridade política no Oriente Médio deram oportunidade para que doutrinas xiitas, sunitas e carijitas entrassem no jogo discursivo dos atores. No Golfo, a preocupação é eminente com relação ao Irã e seu expansionismo no Oriente Médio. O apoio de Arábia Saudita e outros Estados do Golfo, como Emirados Árabes e Catar, em golpes no Egito, Síria e Líbia são prova de uma atuação em busca da legitimação de uma autoridade sunita nesses países. Esse vácuo oferece, portanto, oportunidade de exercício do poder, fortalecimento da doutrina sunita e conservação do poder e *status quo* no território.

A partir disso, a Primavera Árabe parece não desabrochar da maneira como o Ocidente quer, pautado em democracia liberal e as regras pautadas no livre mercado. Antes, aspectos idiossincráticos de cada comunidade política oferecem desafios mais complicados para que essa perspectiva seja feita. Para autores como FILHO (2013), o islamismo político pode ser uma solução para se pensar a maneira de gerir as questões árabes atualmente, e que cada Estado resolva suas dificuldades e estabeleçam a suas institucionalidades, mesmo que sejam um projeto de democracia diferente do Ocidente. Ainda sim, as questões do poder, Estado e território ainda são fortes no Oriente Médio e o que resta é esperar as estações políticas do Oriente Médio e Maghreb se estabelecerem.

Referências

ALASFOOR, Reyadh. **The Gulf Cooperation Council: Its Nature and Achievements.** Department of Political Science. Lund University.2007.

ANDERSON, Lisa. **Demystifying the Arab Spring.** Foreign Affairs, Nova Iorque. Disponível em: <<http://http://www.foreignaffairs.com/articles/67693/lisa-anderson/demystifying-the-arab-spring>> Acessado em: 11/09/2013.

BANK, André; RICHTER, Thomas; SUNIK, Anna. **Long-Term Monarchical Survival in the Middle East A Configurational Comparison, 1945–2012.** German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Hamburg, Germany. 2013

BARNETT, M.; DUVALL, R. **Power in Global Governance.** Cambridge University Press, 2005.

BELÉM LOPES, D e OLIVEIRA, J. P. F. **O mundo árabe pós-2010: entre a primavera e o inverno.** Em Debate. Belo Horizonte, v.5, n.2, p.64-75.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. Introduction. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. **Regionalism in World Politics.** Oxford University Press. 1995.

FILHO, Onofre dos Santos. **Os movimentos contestatórios no Oriente Médio e no Norte da África: a Tunísia é a solução?** Revista Estudos Internacionais. 2013.

GUZANSKY, Yoel. The Gulf Monarchies: Is Spring far behind? In: **One year of the arab spring: global and regional implications.** Yoel Guzansky; HELLER, Mark. A Institute of Security Studies. 2012.

HURRELL, A. **On Global Order: Power, Value, and the Constitution of International Society.** OUP, 2009.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph N. Governance in a globalizing world. IN: KEOHANE, Robert. O. **Power and Governance in a Partially Globalized World.** Routledge. 2002.

KING, Stephen J. **The new authoritarianism in the middle east and North Africa .** Indiana University Press. 2009.

KHOURY, Philip; KOSTINER, Joseph. Introduction: Tribes and the Complexities of state Formation in the Middle east. In: KHOURY, Philip; KOSTINER, Joseph. **Tribes and State Formation in the Middle East.** Berkeley: University of California Press, 1990. Pp. 1-22.

KOREMENOS, Barbara, LIPSON, Charles, SNIDAL, Duncan. **The Rational Design of International Institutions.** International Organization, v. 5, n. 44, 2001.

MARTIN, Beck; HÜSER, Simone. **Political Changes in the Middle East: An Attempt to Analyse the Arab Spring.** GIGA Working Paper. 2012.

NAJEM, Tom Pierre; MARTIN; Hetherington. **Good Governance In The Middle East Oil Monarchies.** Routledge Curzon, London, 2003.

OWEN, ROGER. **State, Power and politics in the Making of the Modern Middle East.** Third Edition. 1992.. Routledge.

PETERSON, J.E.. What Makes the Gulf States Endure?" In : KECHICHIAN, Joseph A. **Iran, Iraq, and the Arab Gulf States** . Palgrave Macmillan, 2001.

POTTER, G. Lawrence. **The Persian Gulf in History.** Palgrave Macmillan. 2009.

ROSINY, Stephan. **The Arab Spring: Triggers, Dynamics and Prospects.** German Institute of Global and Area Studies. 2012.

SICK, Gary. The United States and the Persian Gulf in Twentieth Century. IN: LAWRENCE, Potter. **The Persian Gulf in History.** Palgrave Macmillan. 2009

TAPPER, Richard. Anthropologist, Historians and the tribespeople on tribe and State formation in the middle east. In: KHOURY, Philip; KOSTINER, Joseph. **Tribes and State Formation in the Middle East.** Berkeley: University of California Press, 1990. Pp. 1-22.

TIBI, Bassam. The simultaneity of the Unsimultaneous: Old Tribes and Imposed Nation-States in the Modern Middle East. . In: KHOURY, Philip; KOSTINER, Joseph. **Tribes and State Formation in the Middle East.** Berkeley: University of California Press, 1990. Pp. 1-22.

TRIPP, Charles. Regional Organizations in The Arab Middle East. In: FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrew. **Regionalism in World Politics.** Oxford University Press. 1995.

WHITMAN, Jim. **"The Limits of Global Governance"**. Routledge. 2005.

WEISS, Thomas G., **Governance, Good Governance and Global Governance: Conceptual and Actual Challenges.** Third World Quarterly. 2000.

YOM, Sean L ; GAUSE III. F. Gregory, **"Resilient Royals: How Arab Monarchies Hang On,"** Journal of Democracy. 2012.

WEFFORT, F. C. **Os clássicos da política.** São Paulo: Editora Ática, 1989.